

AValiação DO CENÁRIO DE CRISE DE SANTA CATARINA



56% DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA FICARAM NO VERMELHO NO PRIMEIRO SEMESTRE*



O que está ocorrendo?

Diminuição das receitas e aumento das despesas. O percentual de comprometimento da receita se elevou significativamente. No Estado, a cada R\$ 100 arrecadados nos pequenos Municípios, R\$ 85 foram destinados a pagamento de pessoal e custeio da máquina pública.



O FPM, principal receita de quase sete em cada dez Municípios do país, apresentou em 2023 mais decêndios menores do que os mesmos períodos em 2022. No dia 10 de julho deste ano, houve uma queda brusca de 34,49% no repasse; em agosto, a queda foi de 23,56%, explicada por uma redução na arrecadação de Imposto de Renda e um lote maior de restituição por parte da Receita Federal. No Estado, a cota-parte do ICMS, afetada pela LC 194/2022, recuou 4,9%.

O atraso no pagamento de emendas parlamentares no primeiro semestre do ano também tem gerado pesadas consequências para os Municípios. A redução do primeiro semestre de 2022 para 2023 em emendas de custeio foi de quase 82%, passando de R\$ 324,5 milhões para R\$ 58,2 milhões. Avaliando o total de emendas, a redução foi de R\$ 418,5 milhões para R\$ 135,6 milhões.

E as despesas?

- ↑ Piso salarial do magistério – **Impacto em 2023 de R\$ 1 bilhão**
- ↑ Recomposições salariais de servidores municipais
- ↑ Represamento de **82% das emendas parlamentares**
- ↑ Crescimento de **18,4% das despesas de custeio**
- ↑ **14,1 milhões de procedimentos ambulatoriais represados e 265,7 mil de procedimentos hospitalares represados durante a pandemia: necessários R\$ 600,4 milhões para equacionar a demanda**
- ↑ 200 programas federais com defasagens que chegam a **100%**
- ↑ **86 obras paradas e abandonadas** por falta de recursos da União
- ↑ Obras concluídas com mais de **R\$ 397,1 milhões** em recursos próprios sem repasse da União

Quais as alternativas para superar este momento?

- Aumento de 1,5% no FPM (PEC 25/2022) – injeção de R\$ 450,7 milhões nos cofres municipais em março de cada ano. **A aprovação da PEC não depende de sanção presidencial. Se aprovarmos ainda esse semestre, haverá recursos adicionais já em março de 2024.**
- Redução da alíquota patronal do INSS para 8% de municípios até 156 mil habitantes (PL 334/2023) – renúncia previdenciária de R\$ 631,5 milhões para os cofres municipais. **A medida dará fôlego para aquelas cidades que possuem muitos servidores ligados ao INSS, pois reduzirá em 60% o pagamento das alíquotas.**
- Recomposição do ICMS (PLP 94/2023) – injeção de R\$ 298,8 milhões nos cofres municipais
- Fim do voto de qualidade do Carf (PL 2384/2023) – Potencial de injeção de R\$ 1,5 bilhão no FPM.
- Atualização dos programas federais defasados (PEC 14/2023)
- Ampliação da Reforma da Previdência para os Municípios (PEC 38/2023)